

Só Questões

Concurso Público - Ano 2018

200

Questões

Fundamentadas

Da

LC 75/93

Lei Orgânica do

Ministério Público

da União



Acerte o alvo!

O Diferencial das Concursos

Wilma G. Freitas

200

Questões fundamentadas
LC 75/93

APOSTILA AMOSTRA

**Para adquirir a apostila digital de 200 Questões Fundamentadas
Da LC 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União).**

acesse o site:



S U M Á R I O

Apresentação.....	3
Questões.....	4
Respostas.....	87
Bibliografia.....	124

A P R E S E N T A Ç Ã O

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A LC 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) vem sendo exigida no conteúdo programático dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de um tema de Direito a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A apostila de 200 questões fundamentadas da LC 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) é mais um instrumento colocado à disposição do concursando para auxiliá-lo no alcance de seu objetivo, ou seja, aprovação num concurso público.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES

1. Não está entre as atribuições do Colégio de Procuradores da República:

- a) Elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista sêxtupla para a composição do Superior Tribunal de Justiça, sendo elegíveis os membros do Ministério Público Federal, com mais de dez anos na carreira, tendo mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- b) Determinar a realização de correições e sindicâncias e apreciar os relatórios correspondentes.
- c) Elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista sêxtupla para a composição dos Tribunais Regionais Federais, sendo elegíveis os membros do Ministério Público Federal, com mais de dez anos de carreira, que contém mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, sempre que possível lotados na respectiva região.
- d) Eleger, dentre os Subprocuradores-Gerais da República e mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, quatro membros do Conselho Superior do Ministério Público Federal.
- e) Opinar sobre assuntos gerais de interesse da instituição.

2. O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial tendo em vista:

- I. O respeito aos fundamentos do Estado Democrático de Direito, aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, aos princípios informadores das relações internacionais,

bem como aos direitos assegurados na Constituição Federal e na lei.

- II. A preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público.
- III. A prevenção e a correção de ilegalidade ou de abuso de poder.
- IV. A indisponibilidade da persecução penal.

Está (ão) correta (s):

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) I, II, III e IV
- e) II, III e IV

3. O Ministério Público poderá, para o exercício de suas atribuições, dispor de determinadas competências, com exceção de:

- a) Ter livre acesso a qualquer local público ou privado, respeitadas as normas constitucionais pertinentes à inviolabilidade do domicílio.
- b) Expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar.
- c) Ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública.
- d) Requisitar o auxílio de força policial.
- e) Nomear e dar posse ao Vice-Procurador-Geral da República, ao Procurador-Geral do trabalho, ao Procurador-Geral da Justiça Militar,

bem como dar posse ao Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

4. Complete a lacuna:

O Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de, permitida a recondução precedida de nova decisão do Senado Federal.

- trinta anos
- trinta e cinco anos
- quarenta e cinco anos

5. Complete a lacuna:

O Procurador-Geral da República designará, dentre os integrantes da carreira, maiores de, o Vice-Procurador-Geral da República, que o substituirá em seus impedimentos. No caso de vacância, exercerá o cargo o Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal, até o provimento definitivo do cargo.

- trinta anos
- trinta e cinco anos
- quarenta anos

6. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os membros do Ministério Público da União, durante o estágio probatório, somente poderão perder o cargo mediante decisão da maioria simples do respectivo Conselho Superior.

- FALSA.
- VERDADEIRA.

7. Incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais:

- I. Instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos.
- II. Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, podendo acompanhá-los e apresentar provas.
- III. Requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos e os de natureza disciplinar, podendo acompanhá-los ou produzir provas.

Está (ão) correta (s):

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) I e III
- d) II e III
- e) III, apenas

8. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

É competência do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, lista sêxtupla para a composição do Superior Tribunal de Justiça, sendo elegíveis os membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com mais de quarenta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.

- () FALSA.
- () VERDADEIRA.

9. A alternativa que não representa uma atribuição do Procurador-Geral da República, como chefe do Ministério Público Federal, é:

- a) Representar o Ministério Público Federal.
- b) Integrar, como membro nato, e presidir o Colégio de Procuradores da República, o Conselho Superior do Ministério Federal e a Comissão de Concurso.
- c) Designar o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão e os titulares da Procuradoria nos Estados e no Distrito Federal.
- d) Instaurar inquérito contra integrante da carreira e propor ao Conselho Superior a instauração do processo administrativo consequente.
- e) Designar um dos membros e o Coordenador de cada uma das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

10. São prerrogativas processuais dos membros do Ministério Público da União:

- I. Ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado-Maior, com direito a privacidade e à disposição do tribunal competente para o julgamento, quando sujeito a prisão antes da decisão final; e a dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena.
- II. Ser indiciado em inquérito policial.
- III. Ser ouvido, como testemunhas, em dia, hora e local previamente ajustados com o magistrado ou a autoridade competente.
- IV. Receber intimação pessoalmente nos autos em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que tiver que officiar.

Está (ão) correta (s):

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I, II e IV
- d) I, III e IV
- e) II, III e IV

RESPOSTAS

1.

Resposta: B
Fundamento
Art. 53, I Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
O voto será plurinominal, ou seja, cada eleitor poderá sufragar até seis nomes, dentre os candidatos que houver, desde que satisfaçam os requisitos. Caso queira, cada eleitor pode escolher apenas um ou dois ao invés de seis candidatos, constando na lista aqueles que obtiverem a maioria absoluta de votos dos eleitores.
Art. 98, XII Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Compete ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho determinar a realização de correições e sindicâncias e apreciar os relatórios correspondentes.
Art. 53, II Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
De forma similar ao inciso I, cada eleitor poderá sufragar até seis nomes, dentre os candidatos que houver, desde que satisfaçam os requisitos. O diferencial é que neste caso visa dar cumprimento ao dispositivo constitucional no preenchimento de 1/5 das vagas de juízes de 2º grau dos cinco TRF's, reservadas aos membros do Ministério Público, em concorrência com os advogados.
Art. 53, III Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Também neste caso o voto de cada integrante da carreira será plurinominal, sendo que cada eleitor poderá sufragar até quatro nomes, dentre os candidatos que houver.
Art. 53, IV Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Confere a possibilidade da manifestação do Colégio de Procuradores da República acerca de qualquer matéria considerada importante pela instituição.

2.

Resposta: D
Fundamento
I. Art. 3º, caput, “a” Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
II. Art. 3º, caput, “b” Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
III. Art. 3º, caput, “c” Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
IV. Art. 3º, caput, “d” Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
O Ministério Público da União possui a prerrogativa de livre acesso aos autos de inquéritos policiais findos ou em andamento, incluindo a possibilidade de ter acesso aos autos conclusos à autoridade policial, podendo o mesmo ocorrer nas dependências carcerárias. Tal prerrogativa guarda relação com a função institucional conferida ao Ministério Público de exercer o controle externo da atividade policial.

3.

Resposta: E
Fundamento
Art. 8º, caput, VI Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Art. 8º, caput, VII Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Art. 8º, caput, VIII Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Art. 8º, caput, IX Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Art. 26, caput, IV Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
É competência do Procurador-Geral da República, como chefe do Ministério Público da União nomear e dar posse ao Vice-Procurador-Geral da República, ao Procurador-Geral do trabalho, ao Procurador-Geral da Justiça Militar, bem como dar posse ao Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
O Ministério Público da União pode determinar o comparecimento de qualquer pessoa para prestar os depoimentos necessários à apuração dos fatos no âmbito do inquérito civil e mesmo independentemente de sua instauração.
No caso de recusa injustificada ao comparecimento poderá ocorrer a condução coercitiva do faltoso, assegurando o uso da força policial, caso necessário.

4.

Resposta: trinta e cinco anos
Fundamento
Art. 25, caput Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
De acordo com a Constituição Federal/88, em seu artigo 128, § 1º, é competência do Poder Executivo nomear o Procurador-Geral da República, dentre os membros do Ministério Público Federal, para um mandato de dois anos, permitidas reconduções, desde que haja aprovação dos senadores, por maioria absoluta, após sua arguição.
O Procurador-Geral da República é o órgão de execução do Ministério Público da União incumbido de exercer as funções institucionais.

5.

Resposta: trinta e cinco anos
Fundamento
Art. 27 Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Tal dispositivo legal define quem deve substituir o Procurador-Geral da República nos seus afastamentos e impedimentos.
No âmbito do Ministério Público da União o Procurador-Geral da República é substituído pelo Vice Procurador da República, nos casos de impedimentos.
No âmbito do Conselho Superior o Presidente é substituído pelo Vice-Presidente do Conselho, nos casos de vacância.

6.

Resposta: F
Fundamento
Art. 198 Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Durante o estágio probatório somente poderá ocorrer a perda do cargo dos membros do Ministério Público, mediante decisão da maioria absoluta do respectivo Conselho Superior.
O estágio probatório inicia-se após aprovação em concurso público, nomeação e posse, com duração de dois anos, sendo avaliados vários requisitos, com o objetivo

de chegar-se a uma conclusão sobre a conveniência ou não de sua permanência, cabendo ao Corregedor-Geral do Ministério Público propor ao Conselho Superior o procedimento administrativo.

7.

Resposta: A
Fundamento
I. Art. 7º, caput, I Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Tal dispositivo confere ao Ministério Público da União a competência para a instauração de inquérito civil e de outros procedimentos administrativos, com o fito de colher as informações necessárias para chegar-se a uma conclusão acerca da proposição ou não de alguma ação civil pública.
II. Art. 7º, caput, II Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
O inquérito será instaurado e presidido pelo Ministério Público, e, durante o seu andamento há a possibilidade de ocorrer a expedição de notificações para a colheita de depoimentos e esclarecimentos, sendo cabível a condução coercitiva dos que se recusarem a comparecer, bem como a realização de inspeções e diligências.
III. Art. 7º, caput, III Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
O Ministério Público não poderá requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos de natureza disciplinar. Durante o curso do inquérito poderão ser requisitadas informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como órgãos da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, bem como de particulares.

8.

Resposta: F
Fundamento
Art. 162, V Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Serão elegíveis os membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade. Voto plurinominal é aquele em que cada eleitor poderá sufragar até seis nomes, dentre os candidatos que houver, desde que satisfaçam os requisitos. Cada eleitor pode escolher apenas um ou dois em lugar de seis candidatos, sendo que constará na lista aquele que obtiver a maioria absoluta de votos dos eleitores. Este dispositivo legal tem o objetivo de cumprir a norma constitucional (art. 104, parágrafo único) para o preenchimento do 1/3 constitucional das vagas de Ministro do STJ, reservadas aos membros do Ministério Público, em partes iguais e alternadas, com os Advogados. Cumprе ressaltar que não há a exigência de 10 anos de carreira.

9.

Resposta: D
Fundamento
Art. 49, I Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Art. 49, II Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Art. 49, III Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
Art. 65, III Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
A instauração de inquérito contra integrante da carreira e a apresentação de

proposta de instauração do processo administrativo consequente ao Conselho Superior é competência do Corregedor-Geral do Ministério Público Federal.
Art. 49, IV Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93

10.

Resposta: D
Fundamento
I. Art. 18, II, “e” Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
II. Art. 18, II, “f” Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
É prerrogativa processual do membro do Ministério Público da União não ser indiciado em inquérito policial, devendo em caso de indício da prática de infração penal pelo mesmo, serem os autos remetidos ao Procurador-Geral da República, que designará membro do Ministério Público para prosseguimento da apuração do fato.
III. Art. 18, II, “g” Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93
IV. Art. 18, II, “h” Da Lei Orgânica do MPU - LC 75/93

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 12ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 33ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2017.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 16ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2017.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 26ª ed. – Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2016.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 25ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2017.

LEI COMPLEMENTAR Nº 40, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1981: Estabelece normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público estadual.

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993: Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992: Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993: Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.

200

Questões fundamentadas
LC 75/93

COMO ADQUIRIR

30,00	200 Questões Fundamentadas da Lei Orgânica do Ministério Público da União - LC75/93
--------------	--

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) Depósito em conta

Favorecida: Vivian Alves Gomes de Freitas

Banco: BRADESCO

Agência: 3065(Teófilo Otoni-MG)

Conta: 10039-0 (Corrente e poupança)

CPF: 049.774.563-19

OU

Favorecido: Vivian Alves Gomes de Freitas

Banco: CAIXA

Agência: 3662 (Teófilo Otoni-MG)

Operação: 013

Conta: 10964-9 (poupança)

CPF: 049.774.563-19

E

Favorecido: Vivian Alves Gomes de Freitas

Banco: Banco do Brasil

Agência: 0099-X (Cajazeiras)

Conta: 29563-9 (Conta corrente)

CPF: 049.774.563-19

Envie para o nosso e-mail odiferencialconcursos@bol.com.br ou pelo

WhatsApp: (33) 991155186  os dados do depósito e o nome da apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do PagueSeguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

Maiores esclarecimentos:

TIM 041 (33) 99161.3584

OI 031 (33) 98897-7616

FIXO: 031 (33) 3522-9494

WhatsApp: (33) 991155186 

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)